

# Mensageiro de Bragança

SEMANÁRIO REGIONAL

0,80€ // 02 de junho de 2021 // N.º 3835 // Diretor: António Gonçalves Rodrigues // Administrador: Nuno Gonçalves // www.mdb.pt // 273323367

12 // ATUAL

www.mdb.pt

Mensageiro de Bragança

// Cachão

## População contra instalação de unidade para lavagem e estacionamento de camiões do lixo

Cerca de uma centena de habitantes da aldeia do Cachão está contra a instalação de uma unidade industrial para lavagem, desinfecção, desodorização, estacionamento e manutenção dos camiões de recolha de resíduos indiferenciados dos cinco concelhos da Terra Quente Transmontana: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. Acusam o Município de ter aprovado o licenciamento sem consultar a junta de freguesia nem a população e ameaçam avançar para tribunal se a situação não for revertida.

O local da suposta instalação será um armazém e o terreno envolvente que se situam no cruzamento da Estrada Nacional 213 com a Estrada Municipal 603, numa área circundada por casas, naquela aldeia da freguesia de Frechas.

Muitos moradores consideram que será uma fonte constante de poluição ambiental, causando maus odores, e até reduzirá o valor patrimonial das casas e dos terrenos. Ora, a população do Cachão diz já ter sido muito sacrificada pela anterior situação de abandono de resíduos no interior do Complexo



Agro-industrial, que foram o combustível de dois grandes incêndios em 2013 e 2016.

Uma centena de pessoas, já representada por uma sociedade de advogados, recusa-se a aceitar que continue a fazer-se da aldeia um depósito de lixo. “Isto é uma vergonha. Porque é que nas outras aldeias colocam lá alcatrão, rotundas, flores e para aqui só vêm trazer o lixo. Nós temos direito ao ar livre, já chega o que passamos com o lixo do complexo”, afirma Domitília, moradora no Cachão. “Estamos sempre a respirar lixo e nós não matamos ninguém para estarmos aqui com esta situação”, acrescenta.

Também Joaquim Teixeira não cala a revolta. “Fartos do lixo já estamos nós. Para além do que aconteceu no complexo temos aqui perto a Etar que de vez em quando lança um cheiro insuportável”, conta. “Não nos venham dizer que só são três ou quatro camiões porque eles têm quase 30 e se isto abrir vem tudo para aqui. Quando é tempo de eleições eles vêm cá todos, agora que precisamos não vem cá ninguém”, acusa, Sérgio outro morador

Já Lurdes Freitas foi a primeira a contestar esta situação, já em 2020, e alega que além da violação de normas de proteção ambiental, o armazém não está licenciado para

a atividade pretendida e a licença concedida pela Câmara apenas respeita à execução das obras. “O que é grave é que o Município licenciou uma obra sem saber qual vai ser a sua atividade”, diz.

Lurdes Freitas também não entende a razão porque não foi ouvido o presidente da junta de freguesia de Frechas, nem tão pouco a população, antes do licenciamento das obras pela câmara, no final do mês de março.

Perante isto, Lurdes Freitas deixa um apelo à presidente do Município de Mirandela. “Espero francamente que ela, que agora agarrou o processo, resolva a bem da população este assunto, mas que resolva já, porque andarmos a arrastar e a empatar durante muito tempo até chegar as eleições, não dá”, afirma. O presidente da junta de freguesia de Frechas, José Carlos Teixeira, lembra que já no Verão de 2020, na assembleia municipal, tinha questionado o executivo sobre a veracidade desta situação e reiterou a questão já este ano, mas sempre foi negado que a licença fosse concedida para esta atividade.

Sobre este assunto, ainda não foi

possível obter uma reação da empresa que pretende instalar a unidade nem a presidente do Município. Entretanto, Miguel Sousa Ferro, advogado que representa cerca de uma centena de moradores do Cachão, garante que a Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Rodrigues, “já comunicou que tudo irá fazer para reverter o estado de coisas” e que a instalação não seja implantada. “A nossa esperança é que se encontre uma solução não litigiosa e que a própria câmara volte atrás e resolva a situação”.

No entanto, Miguel Sousa Ferro vai avisando que se isso não acontecer, o caso vai mesmo para tribunal. “As obras ainda não começaram, por isso aguardamos. O nosso prazo é ditado pela realidade do local. Assim que acontecer algum movimento na obra, recorremos à figura do embargo que pode ser feito de imediato sem necessidade de intervenção do tribunal e depois avançamos para a justiça com recurso a uma ação popular”, adianta. Restará aguardar pelas penas dos próximos capítulos.

■ Fernando Pires